Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Sintufrj apresenta propostas ao PDI

A proposta de criação do Conselho Superior de Administração e Gestão de Pessoal é um dos destaques da contribuição do Sintufrj ao debate sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ (PDI) – cujo prazo de abertura à consulta pública foi encerrado nesta terça-feira, 30 de novembro.

A criação desse conselho é reivindicação histórica. No documento enviado como contribuição ao PDI, o Sintufrj detalha a proposta com exposição de motivos e critérios para sua constituição.

"Para que cumpra seus desafios estratégicos, deve ser composto paritariamente por docentes, técnicos-administrativos e Estudantes; deve também contar com uma parcela de representantes da sociedade", diz o documento do sindicato.

Cadê a carreira?

O PDI, como se sabe, é o planejamento estratégico das instituições federais de ensino para um período de cinco anos. Mas o correto é que as atualizações sejam feitas anualmente, estabelecendo novas metas e alterações. O último PDI da universidade foi elaborado em 2006 e já foi vencido pela realidade.

Ao examinar o documento apresentado pela reitoria para contribuições individuais e coletivas, a direção do Sintufrj notou "que não há no texto uma única menção ou citação ao Plano de Desenvolvido da carreira dos TAEs", como estabelece a lei que criou o PCCTAE (11091/2005) no seu artigo 24.

Art. 24. *O plano de desenvolvimento institucional de cada Instituição Federal de Ensino contemplará plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, observados os princípios e diretrizes do art. 3º desta Lei.*

No texto com contribuições enviado à reitoria, o Sintufrj explicita as prerrogativas estabelecidas no plano de carreira dos técnico-administrativos, relacionando artigos e parágrafos da lei – conquista histórica da categoria.

O texto de contribuições elaborado pelo sindicato observa a necessidade de que as políticas voltadas aos técnico-administrativos reconheçam "as possibilidades de atuação destes nas ações da universidade". Cita diretamente os programas de extensão.

"As atividades devem envolver, obrigatoriamente, a participação de professores, técnico-administrativos, estudantes e setores da sociedade, formulando, em conjunto, projetos, cursos e eventos que atendam as demandas da sociedade e incorporem a produção dos saberes não acadêmico e práticas pedagógicas inovadoras", destaca o texto.

Não se trata de semântica

O PDI-UFRJ aberto à consulta pública consagra a nomenclatura "Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFRJ". O Sintufrj rejeita essa terminologia utilizada pelo governo Bolsonaro no decreto 9991/2019.No serviço público a vantagem competitiva do setor privado deve dar lugar ao processo coletivo de atuação em equipe para a realização de direitos. A solidariedade é o valor essencial e portanto a gestão deve ser das equipes, dos coletivos e não dos indivíduos.

Trata-se de reconhecer as individualidades no âmbito do coletivo para melhor tratá-los e não de potencializar os indivíduos visando ao trabalho alienado sob controle da instituição.

LEIA AQUI A PROPOSTA NA ÍNTEGRA